



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

PAUTA DA 13ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**15/10/2015
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Fernando Bezerra Coelho
Vice-Presidente: Deputado Sarney Filho**



Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

**13ª REUNIÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 15/10/2015.**

13ª REUNIÃO

Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

FINALIDADE	PÁGINA
Audiência Pública com o intuito de debater a crise hídrica na região do Vale do São Francisco com vistas à preservação do sistema produtivo da agricultura irrigada.	7

2ª PARTE - DELIBERAÇÃO SOBRE AS EMENDAS DA COMISSÃO AO

FINALIDADE	PÁGINA
Deliberação sobre as Emendas da Comissão ao PLN nº 7/2015 (PLOA)	11

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho

(23 titulares e 23 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
Otto Alencar(PSD)(4)(16)	BA (61) 3303-1464 e 1467	1 VAGO	
Sandra Braga(PMDB)	AM (61) 3303-6230/6227	2 VAGO	
Roberto Rocha(PSB)(9)	MA (61) 3303-1437/1435/1501/1503/1506 a 1508	3 VAGO	
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
Jorge Viana(PT)(2)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 VAGO	
Donizeti Nogueira(PT)(2)	TO (61) 3303-2464	2 VAGO	
Cristovam Buarque(PDT)(2)	DF (61) 3303-2281	3 Ivo Cassol(PP)(2)	RO (61) 3303.6328 / 6329
Gladson Cameli(PP)(2)	AC (61) 3303-1123/1223/1324/1347/4206/4207/4687/4688/1822	4 VAGO	
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
Flexa Ribeiro(PSDB)	PA (61) 3303-2342	1 Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP (61) 3303-6063/6064
Maria do Carmo Alves(DEM)(5)	SE (61) 3303-1306/4055	2 Ronaldo Caiado(DEM)(5)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)			
Fernando Bezerra Coelho(PSB)	PE (61) 3303-2182	1 Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
Douglas Cintra(PTB)	PE (61) 3303-6130/6124	1 VAGO	
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB			
Eros Biondini(PTB)	MG 3215-5321	1 Carlos Henrique Gaguim(PMDB)	TO 3215-5222
Daniel Vilela(PMDB)(12)(15)	GO 3215-5471	2 Luiz Carlos Busato(PTB)	RS 3215-5570
Roberto Balestra(PP)	GO 3215-5219	3 Valdir Colatto(PMDB)(6)	SC 3215-5516
Sergio Souza(PMDB)	PR 3215-5702	4 Julio Lopes(PP)(12)(14)(18)	RJ 3215-5544
Jony Marcos(PRB)(8)	SE 3215-5807	5 Rômulo Gouveia(PSD)(13)	PB 3215-5411
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB			
Angelim(PT)	AC 3215-5543	1 Alessandro Molon(PT)	RJ 3215-5652
Leônidas Cristino(PRO)	CE 3215-5948	2 Átila Lins(PSD)(3)	AM 3215-5730
Jaime Martins(PSD)(3)	MG 3215-5904	3 Ivan Valente(PSOL)(11)	SP 3215-5716
Leonardo Monteiro(PT)(10)	MG 3215-5922	4 João Paulo Papa(PSDB)(17)	SP 3215-5476
PSDB, PSB, PPS, PV			
Ricardo Tripoli(PSDB)	SP 3215-5241	1 Antonio Carlos Mendes Thame(PSDB)	SP 3215-5915
Sarney Filho(PV)	MA 3215-5202	2 Janete Capiberibe(PSB)	AP 3215-5209
PDT			
Giovani Cherini	RS 3215-5468	1 Daniel Coelho(PSDB)(7)	PE 3215-5813

(1) Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

(2) Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

(3) Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

(4) O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

(5) Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

(6) Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

(7) Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.

(8) Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.

(9) Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

(10) Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.

(11) Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

(12) Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.

- (13) Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
- (14) Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
- (15) Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- (16) Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
- (17) Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
- (18) Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

REUNIÕES ORDINÁRIAS:**SECRETÁRIO(A): TIAGO TORRES DE LIMA BRUM****TELEFONE-SECRETARIA: (61) 3303-3534****FAX:****TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:****E-MAIL: cocm@senado.gov.br****WWW.SENADO.GOV.BR/ATIVIDADE/COMISSOES/COMISSAO.ASP
?ORIGEM=CN&COM=1450**



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

**Em 15 de outubro de 2015
(quinta-feira)
às 10h**

PAUTA
13ª Reunião

**COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS
CLIMÁTICAS - CMMC**

1ª PARTE	Audiência Pública
2ª PARTE	Deliberação sobre as Emendas da Comissão ao PLN nº 7/2015 (PLOA)
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

Anexado o Relatório das Emendas apresentadas ao PLN nº 7/2015

1ª PARTE**Audiência Pública****Assunto / Finalidade:**

Audiência Pública com o intuito de debater a crise hídrica na região do Vale do São Francisco com vistas à preservação do sistema produtivo da agricultura irrigada.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RMC 15/2015](#), Senador Fernando Bezerra Coelho

Convidados:

Ministério da Integração Nacional

Agência Nacional de Águas (ANA)

Marilene Ramos

- Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)

Hermes Chipp

- Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf)

Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)

2ª PARTE**Deliberação sobre as Emendas da Comissão ao PLN nº 7/2015 (PLOA)****Finalidade:**

Deliberação sobre as Emendas da Comissão ao PLN nº 7/2015 (PLOA)

Anexos da Pauta

[Emendas apresentadas ao PLN nº 7/2015](#)

[Quadro das Emendas ao PLN nº 7/2015](#)

[Relatório das Emendas apresentadas ao PLN nº 7/2015](#)

1ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

1



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

REQUERIMENTO Nº , DE 2015 - CMMC

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, que seja realizada por esta Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, uma audiência pública com o intuito de debater a **Crise hídrica na região do Vale do São Francisco com vistas à preservação do sistema produtivo da agricultura irrigada**, com a participação da Sra. Marilene Ramos, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Sr. Hermes Chipp, Diretor-Geral Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), e de representantes do Ministério da Integração Nacional, Agência Nacional de Águas (ANA), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

JUSTIFICAÇÃO

A atual crise hídrica vivenciada nos últimos meses em nosso país tem chamado atenção pela amplitude de seus efeitos, atingindo regiões que antes pouco sofriam com a escassez de água. Contudo, para quem vive no semiárido brasileiro, a falta d'água é uma pauta antiga e persistente.

Neste contexto, a região do Vale do São Francisco transformou-se nas últimas décadas em um grande polo de desenvolvimento

**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador FERNANDO BEZERRA COELHO**

socioeconômico em meio à escassez hídrica historicamente vivenciada nesta área do Brasil, graças à força da irrigação.

Atualmente, a região está entre os maiores produtores de frutas do mundo, com uma produção anual de mais de um milhão de toneladas, que geram um faturamento superior a 2 bilhões de reais.

Estima-se que o Sub-médio São Francisco pode vir a ter uma área de aproximadamente 360 mil hectares irrigáveis, sendo que a capacidade instalada atualmente gira em torno de 120 mil hectares, envolvendo municípios de Pernambuco e da Bahia, onde são gerados mais de 240 mil empregos diretos e mais de um milhão de empregos indiretos.

Todo este complexo produtivo, porém, corre o risco de entrar em colapso em poucos meses, caso não haja um substancial esforço do poder público para minorar as consequências causadas pelo baixo nível do reservatório da barragem de Sobradinho, principal fonte hídrica das áreas irrigadas.

Em decorrência disto, o Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho – que ocupa uma área de 23 mil hectares - passará a adotar o regime de racionamento de água a partir do próximo dia 26 de outubro, quando, segundo estimativas do Distrito de Irrigação Nilo Coelho (DINC), a barragem de Sobradinho alcançará o volume de apenas 5,14% de sua capacidade. Esta medida visa manter o atendimento mesmo em condições deficitárias até o limite mínimo de captação, que deverá ocorrer quando a barragem atingir o volume de 3,14%, por volta do dia 14 de novembro, data a partir da qual não será mais possível a operação do sistema.

**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador FERNANDO BEZERRA COELHO**

Em meio a este cenário alarmante, as obras de instalação de flutuantes para captação de água do volume morto da barragem de Sobradinho possuem previsão de conclusão posterior à data em que o reservatório deixará de fornecer água para os perímetros irrigados. Desta forma, demanda-se um maior empenho do poder público para que os recursos e obras necessários à implantação deste sistema sejam liberados e concluídos com a agilidade necessária.

Ademais, faz-se necessário adotar medidas que possam garantir o abastecimento de água caso as obras de instalação dos flutuantes não sejam aceleradas ou sofram algum tipo de atraso. Neste sentido, o aumento da vazão da Barragem de Três Marias, a diminuição da vazão da Barragem de Sobradinho ou a combinação destas ações surge como alternativa possível para a manutenção do fornecimento hídrico.

Diante do exposto, apresentamos este requerimento para ouvir em audiência pública os órgãos e entidades envolvidos neste cenário, com o objetivo de definir soluções que possam evitar a deterioração de todo o sistema produtivo desta região.

Sala das Sessões,

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO

2ª PARTE - DELIBERAÇÃO SOBRE AS EMENDAS

1



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0007/2015 - LOA

Data: 08/10/2015

Hora: 10:49

Página: 1 de 2

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CMMC 01) Monitoramento Ambiental, Prevenção e Controle de Incêndios Florestais (IBAMA)

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop. - Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

ibama

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.542.2050.214M.0001

Monitoramento Ambiental, Prevenção e Controle de Incêndios Florestais

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Área protegida(km²)

QUANTIDADE

10.000.000

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	75.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	75.000.000
TOTAL			150.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004411	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	150.000.000
TOTAL						150.000.000

JUSTIFICATIVA

Monitoramento Ambiental, Prevenção e Controle de Incêndios Florestais

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2091 - Flexa Ribeiro



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0007/2015 - LOA

Data: 08/10/2015

Hora: 10:49

Página: 2 de 2

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA
CMMC 02) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

MODALIDADE DA EMENDA
Individual

TIPO DE EMENDA
Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA
9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
Instituto Chico Mendes

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO
18.541.2078.20WM.0001

Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META
Unidade atendida(unidade)

QUANTIDADE
350

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	75.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	75.000.000
TOTAL			150.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004411	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	150.000.000
TOTAL						150.000.000

JUSTIFICATIVA

Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2091 - Flexa Ribeiro



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0007/2015 - LOA

Data: 08/10/2015

Hora: 16:41

Página: 3 de 3

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop. - Inclusão

ÁREA DE GOVERNO

Ministerio Público

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

990 | Atípica / Outras

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

500 ** ATÍPICO (Não Previsto no Sistema)

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. Público Federal

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

98.998.0581.4264

Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal

AJUSTE O SUBTÍTULO - Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Parecer elaborado(unidade)

QUANTIDADE

0

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

3

Outras Despesas Correntes

MOD. APLICAÇÃO

90

Aplic. Diretas

RP

2

Valor Acrescido

80.000.000

TOTAL

80.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL

004411

FONTE

100

GND

9

Reserva de Contingência

MOD. APLICAÇÃO

99

A Definir

ID RP

0

2

Valor Deduzido

80.000.000

TOTAL

80.000.000

JUSTIFICATIVA

ESTA EMENDA OBJETIVA SUPLEMENTAR A AÇÃO DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL VOLTADAS AO MEIO AMBIENTE E AO PATRIMÔNIO CULTURAL.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

3081 - Daniel Vilela



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0007/2015 - LOA

Data: 08/10/2015

Hora: 18:17

Página: 1 de 1

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Inclusão

ÁREA DE GOVERNO

Ministério Público

MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

990 Atípica / Outras

TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

500 ** ATÍPICO (Não Previsto no Sistema)

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. Público Federal

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

98.998.0581.4264

Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal

AJUSTE O SUBTÍTULO - Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Parecer elaborado(unidade)

QUANTIDADE

0

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

3

Outras Despesas Correntes

MOD. APLICAÇÃO

90

Aplic. Diretas

RP

2

Valor Acrescido

80.000.000

TOTAL

80.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL

004411

FONTE

100

GND

9

Reserva de Contingência

MOD. APLICAÇÃO

99

A Definir

ID RP

0

2

Valor Deduzido

80.000.000

TOTAL

80.000.000

JUSTIFICATIVA

ESTA EMENDA OBJETIVA SUPLEMENTAR A AÇÃO DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL VOLTADAS AO MEIO AMBIENTE E AO PATRIMÔNIO CULTURAL.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

3789 - Fernando Bezerra Coelho



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0007/2015 - LOA

Data: 09/10/2015

Hora: 11:03

Página: 22 de 36

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CMMC I - Fomento a Projetos de Conservação e Manejo da Biodiversidade

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Fundo Nac. Meio Ambiente

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.541.2078.20N1.0001

Fomento a Projetos de Conservação e Manejo da Biodiversidade

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

36

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	42 Exec Orç Delegada a Municípios	2	30.500.000
4 Investimentos	32 Exec Orç Delegada a Est. e DF	2	6.000.000
TOTAL			36.500.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004411	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	36.500.000
TOTAL						36.500.000

JUSTIFICATIVA

Ampliar o número de projetos voltados à conservação e ao manejo sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais em todos os biomas brasileiros, com o objetivo de contribuir para a reversão da situação das espécies ameaçadas de extinção no País, bem como para a redução do desmatamento - principal fonte de emissão de gases de efeito estufa no Brasil.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2069 - Cristovam Buarque



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0007/2015 - LOA

Data: 09/10/2015

Hora: 11:03

Página: 23 de 36

06

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CMMC II - Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. da Ciência, Tec. e Inovação

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

19.571.2050.20VA.0001

Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

QUANTIDADE

64

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

3

Outras Despesas Correntes

MOD. APLICAÇÃO

90

Aplic. Diretas

RP

2

Valor Acrescido

19.367.955

TOTAL

19.367.955

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL

004411

FONTE

100

GND

9

Reserva de Contingência

MOD. APLICAÇÃO

99

A Definir

ID

0

RP

2

Valor Deduzido

19.367.955

TOTAL

19.367.955

JUSTIFICATIVA

As previsões sobre as mudanças climáticas decorrentes das emissões de gases de efeito estufa apontam cenários de grave ameaça para humanidade, em especial para os países mais pobres e grupos sociais mais vulneráveis. Por isso é fundamental ampliar os investimentos em formação de recursos humanos, pesquisas, projetos que resultem na aplicação de tecnologias voltadas à redução das emissões nos setores de energia, indústria, agropecuária, uso da terra e florestas e tratamento de resíduos sólidos;

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2069 - Cristovam Buarque

Cristovam Buarque



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0007/2015 - LOA

Data: 09/10/2015

Hora: 11:03

Página: 24 de 36

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CMMC III - Apoio à conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - Bolsa Verde

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop. - Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. do Meio Ambiente

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.541.2078.20VP.0001

Apoio à conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - BOLSA VERDE

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Família atendida(unidade)

QUANTIDADE

20.000

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

3

Outras Despesas Correntes

MOD. APLICAÇÃO

90

Aplic. Diretas

RP

2

Valor Acrescido

25.000.000

TOTAL

25.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL

004411

FONTE

100

GND

9

Reserva de Contingência

MOD. APLICAÇÃO

99

A Definir

ID

0

RP

2

Valor Deduzido

25.000.000

TOTAL

25.000.000

JUSTIFICATIVA

A combinação das políticas de conservação ambiental e combate à pobreza são fundamentais para a promoção do desenvolvimento sustentável no País. Daí a importância da ampliação do número de beneficiários do Programa Bolsa Verde, que prevê o pagamento às famílias por serviços ambientais prestados, relacionados a ações de conservação ambiental e uso sustentável de recursos naturais, tais como o manejo florestal e o extrativismo. Contudo, o número de famílias envolvidas no programa poderia ser bem maior. Hoje no Brasil, somente em assentamentos da reforma agrária vivem cerca de um milhão de famílias que poderiam estar de alguma forma envolvidas na prestação de serviços ambientais.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2069 - Cristovam Buarque



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0007/2015 - LOA

Data: 09/10/2015

Hora: 11:03

Página: 25 de 36

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CMMC IV - Adaptação às mudanças climáticas - Contenção de Encostas)

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. das Cidades

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

15.451.2040.8865.0001

Apoio à Execução de Projetos e Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas (Contenção de Encostas)

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Município apoiado(unidade)

QUANTIDADE

10

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

3

Outras Despesas Correntes

MOD. APLICAÇÃO

30

Transf. a Est. e ao DF

RP

2

Valor Acrescido

80.000.000

TOTAL

80.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL

004411

FONTE

100

GND

9

Reserva de Contingência

MOD. APLICAÇÃO

99

A Definir

ID

0

RP

2

Valor Deduzido

80.000.000

TOTAL

80.000.000

JUSTIFICATIVA

Os eventos climáticos extremos tendem a ser cada vez mais frequentes e devastadores. A ações de adaptação são de fundamental importância para proteção das populações, especialmente daquelas que se encontram mais expostas a esses eventos. A ampliação dos recursos para realização de obras de contenção de encostas pode ser considerada uma das principais medidas de prevenção a desastres causados por eventos climáticos extremos, evitando-se a perda de vidas e prejuízos a economia dos municípios onde os riscos de ocorrência são considerados maiores.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2069 - Cristovam Buarque



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0007/2015 - LOA

Data: 09/10/2015

Hora: 11:03

Página: 26 de 36

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

CMMC V - Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop. - Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Serviço Florestal Brasileiro

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.541.2078.20WA.0001

Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Produtor atendido(unidade)

QUANTIDADE

1.000

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

3

Outras Despesas Correntes

MOD. APLICAÇÃO

90

Aplic. Diretas

RP

2

Valor Acrescido

80.000.000

TOTAL

80.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL

004411

FONTE

100

GND

9

Reserva de Contingência

MOD. APLICAÇÃO

99

A Definir

ID

0

RP

2

Valor Deduzido

80.000.000

TOTAL

80.000.000

JUSTIFICATIVA

Uma das principais formas de promover a conservação das nossas florestas é por meio da geração de atividades sustentáveis que tragam a melhoria da qualidade de vida das famílias que delas dependem ou com elas convivem. Portanto, é fundamental que o maior número possível de famílias receba apoio para realizar o aproveitamento econômico da base florestal, de forma eficiente, racional e sustentável, isso inclui o fomento à: pesquisa e desenvolvimento tecnológico em manejo florestal; assistência técnica e extensão florestal; recuperação de áreas degradadas com espécies nativas assistência técnica; capacitação em atividades florestais e educação ambiental.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2069 - Cristovam Buarque



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0007/2015 - LOA

Data: 09/10/2015

Hora: 12:38

Página: 1 de 3

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA	
SUGESTÃO DE EMENDA CMMC - CONTROLE DO DESMATAMENTO - CERRADO	
MODALIDADE DA EMENDA	TIPO DE EMENDA
Individual	Aprop.- Inclusão
ÁREA DE GOVERNO	
Meio Ambiente e Amazônia Legal	
MODALIDADE DE INTERVENÇÃO	TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA
990 Atípica / Outras	500 ** ATÍPICO (Não Previsto no Sistema)
LOCALIDADE BENEFICIADA	
9000000 - Nacional	
COMPLEMENTO DA LOCALIDADE	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
Orçamento Fiscal	M. do Meio Ambiente
FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO	
98.998.2050.20VU	
Políticas e Estratégias de Prevenção e Controle do Desmatamento no âmbito da União, Estados e Municípios	
no Bioma Cerrado - - Nacional	
ESPECIFICAÇÃO DA META	QUANTIDADE
Política estabelecida(unidade)	40

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	30 Transf. a Est. e ao DF	2	50.000.000
3 Outras Despesas Correntes	40 Transf. a Municípios	2	50.000.000
TOTAL			100.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004411	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	100.000.000
TOTAL						100.000.000

JUSTIFICATIVA

O perfil das emissões brasileiras demonstra uma alteração substancial em termos do uso alternativo do solo. Em 2003, o desmatamento era responsável por cerca de 71%, a agropecuária por 14%, o uso de combustíveis fósseis por 11%, processos industriais por 3% e resíduos por cerca de 1%. Em 2013, o desmatamento ainda é a atividade com maior contribuição para o aquecimento global, com cerca de 35%, a agropecuária, que tem a sua contribuição por vezes diluída em outros segmentos, passou para 27%, a utilização de combustíveis fósseis para 29%, processos industriais por 6% e resíduos por cerca de 3%.

Apesar desta mudança do perfil, o uso alternativo do solo continua sendo a atividade que mais contribui para as emissões dos gases responsáveis do efeito estufa, potencializado pelo crescimento do setor agropecuário, que demanda mais desmatamento para o seu crescimento e que, somada a contribuição do setor energético, alcançam o somatório de cerca de 65%. Portanto é correto o esforço do país em buscar diminuir as taxas de desmatamento.

No caso específico do Cerrado, que hoje, infelizmente, contabiliza um desmatamento de 50% de sua área total do bioma (2.039.386 km²), as ações para conter o desmatamento são, extremamente, urgentes. É preocupante a velocidade desta devastação que aconteceu, em menos de 5 décadas. Trata-se de bioma de enorme importância ecológica, considerado a "caixa d'água" do Brasil, considerado um dos 34 hotspots mundiais, em termos de prioridade para a conservação e preservação de sua biodiversidade.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

1159 - Sarney Filho



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0007/2015 - LOA

Data: 09/10/2015

Hora: 12:38

Página: 2 de 3

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

SUGESTÃO EMENDA CMMC - MONITORAMENTO DE INCÊNDIOS

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Ibama

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.542.2050.214M.0001

Monitoramento Ambiental, Prevenção e Controle de Incêndios Florestais

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Área protegida(km²)

QUANTIDADE

10.000

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	70.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	30.000.000
TOTAL			100.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004411	100	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	100.000.000
TOTAL						100.000.000

JUSTIFICATIVA

O Brasil tem a meta de reduzir 37% (1,28 bilhões de toneladas de CO2 eq) de emissões de GEEs até 2025 e de 43% (1,165 bilhões de toneladas de CO2 eq) até 2030, tomando 2005 como ano base (2,043 bilhões de toneladas de CO2 eq).

Pretende até 2030 acabar com desmatamento ilegal no país. Ocorre que o compromisso brasileiro está restrito a Amazônia, o que pode configurar uma omissão quanto aos demais e importantíssimos biomas nacionais, em função da crise hídrica.

Nada se estipulou para o Cerrado, conhecido como "a caixa d'água do Brasil" que, hoje, praticamente apresenta cerca de 50% de sua área total (2.039.386 Km²), já desmatados. É preocupante a velocidade desta devastação, que aconteceu em menos de cinco décadas. O que se pretende com a presente emenda, é justamente a busca de um sistema de monitoramento para o Cerrado brasileiro, nos moldes do que acontece com a Amazônia, aumentando-se assim, a efetividade das ações de controle, monitoramento e fiscalização neste bioma tão importante para o Brasil. O cerrado é um dos biomas que mais sofrem com as queimadas, pois tem um período de seca muito prolongado e devido as mudanças climáticas e o aquecimento global, as altas temperaturas no bioma também tem contribuído para o alastramento de incêndios nos períodos de seca.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

1159 - Sarney Filho



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0007/2015 - LOA

Data: 09/10/2015

Hora: 12:38

Página: 3 de 3

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

SUGESTÃO EMENDA CMMC- DESERTIFICAÇÃO

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. do Meio Ambiente

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.541.2050.20W2.0001

Enfrentamento dos processos de desertificação, mitigação e adaptação aos efeitos da seca para a convivência com a semiáridade no quadro das variações e mudanças do clima e da valorização da biodiversidade

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Instrumento elaborado(unidade)

QUANTIDADE

50

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

3

Outras Despesas Correntes

MOD. APLICAÇÃO

90

Aplic. Diretas

RP

2

Valor Acrescido

100.000.000

TOTAL

100.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL

004411

FONTE

100

GND

9

Reserva de Contingência

MOD. APLICAÇÃO

99

A Definir

ID RP

0

2

Valor Deduzido

100.000.000

TOTAL

100.000.000

JUSTIFICATIVA

As áreas desertificadas brasileiras apresentam características geoclimáticas e ecológicas, as quais contribuíram para que o processo fosse acelerado. Diversas regiões brasileiras padecem deste problema, como por exemplo e principalmente, o semiárido.

Como se não bastasse a falta de chuvas, o Brasil vê se alastrar no Nordeste um fenômeno ainda mais grave: a desidratação do solo a tal ponto que, em última instância, pode torná-lo imprestável. Um novo mapeamento feito por satélite pelo Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites da Universidade Federal de Alagoas (Lapis), que cruzou dados de presença de vegetação com índices de precipitação ao longo dos últimos 25 anos, até abril de 2013, mostra que a região tem hoje 230 mil km² de terras atingidas de forma grave ou muito grave pelo fenômeno. Combater a desertificação implica, fundamentalmente, desenvolver ações no sentido de controlar e prevenir o avanço do processo e, quando possível, recuperar áreas degradadas para uso produtivo, propiciando uma melhor qualidade de vida para a população, diretamente, afetada.

Além de atender a um compromisso assumido pelo governo brasileiro, quando da ratificação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação(CCD), essa emenda reflete também o compromisso do atual governo com o processo de redução das metas de 37% (1,28 bilhões de toneladas de CO2 eq) de emissões de GEEs até 2025 e de 43% (1,165 bilhões de toneladas de CO2 eq) até 2030, tomando 2005 como ano base (2,043 bilhões de toneladas de CO2 eq).

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

1159 - Sarney Filho



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS
PLN 0007/2015 - LOA

Data: 09/10/2015

Hora: 12:35

Página: 1 de 1

ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

ANA

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.544.2084.20WL0001

Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Bacia hidrográfica beneficiada(unidades/ano)

QUANTIDADE

22

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

3

Outras Despesas Correntes

MOD. APLICAÇÃO

90

Aplic. Diretas

RP

2

Valor Acrescido

300.000.000

TOTAL 300.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL FONTE

004411

100

GND

9

Reserva de Contingência

MOD. APLICAÇÃO

99

A Definir

ID

0

RP

2

Valor Deduzido

300.000.000

TOTAL 300.000.000

JUSTIFICATIVA

De acordo com o Quinto Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (AR5 IPCC), as alterações climáticas vêm afetando os sistemas naturais e humanos em todos os continentes e oceanos. No Brasil, o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMCI), em seu primeiro relatório de avaliação, sistematizou dados e informações que indicam mudanças de em climas característicos de diferentes regiões do país. Essas alterações podem causar efeitos negativos, mas também gerar oportunidades para a sociedade, os ecossistemas e diferentes setores da economia.

Muitas das áreas consideradas críticas para a sociedade são vulneráveis à mudança global do clima, em especial, o abastecimento humano de água, a produção de alimentos, a geração de energia, a moradia e a saúde humana. Além dessas, destacam-se, ainda, a conservação e o manejo dos ecossistemas terrestres e aquáticos, que proveem grande variedade de bens e serviços essenciais ao bem-estar humano, em especial, os serviços hidrológicos e de regulação climática.

O Plano Nacional de Adaptação às Mudanças do Clima, que tem como objetivo promover a redução da vulnerabilidade nacional a essas mudanças será instrumento fundamental para a formulação de ações que garantam a segurança hídrica para os setores vitais da sociedade, protegendo. A implementação desse plano, por sua vez, demandará enormes esforços governamentais e da sociedade como um todo em inúmeros aspectos. No entanto, a disponibilidade de recursos hídricos é possivelmente o primeiro aspecto sobre o qual os impactos das mudanças climáticas será mais fortemente sentido, seja pela ocorrência esperada de eventos extremos (inundações e secas) mais intensos e frequentes, seja pela dependência de virtualmente todos os setores da economia em relação ao recurso.

Pretende-se, nesse sentido, por meio da Agência Nacional de Águas, empreender esforços de estudos, projetos e de articulação da ação de governo para que a implementação do Plano Nacional de Adaptação possa ser concretizada.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

1

**ORÇAMENTO/2016
(PLOA/2016)**

EMENDA Nº	TIPO DE EMENDA	ÁREA (Esfera Orçamentária)/ LOCALIDADE	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	AÇÃO	VALOR	AUTOR
1	Apropriação / Acréscimo	Orçamento Fiscal/ Nacional	Ibama	Monitoramento Ambiental, Prevenção e Controle de Incêndios Florestais	150.000.000	Sen. Flexa Ribeiro
2	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal/ Nacional	Instituto Chico Mendes	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	150.000.000	Sen. Flexa Ribeiro
3	Apropriação / Inclusão	Orçamento Fiscal/ Nacional	Ministério Público Federal	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário – Ministério Público Federal	80.000.000	Dep. Daniel Vilela
4	Apropriação / Inclusão	Orçamento Fiscal/ Nacional	Ministério Público Federal	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário – Ministério Público Federal	80.000.000	Sen. Fernando Bezerra Coelho
5	Apropriação / Inclusão	Orçamento Fiscal/ Nacional	Fundo Nacional do Meio Ambiente	Fomento a Projetos de Conservação e Manejo da Biodiversidade	36.500.000	Sen. Cristovam Buarque
6	Apropriação / Inclusão	Orçamento Fiscal/ Nacional	Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação	Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima	19.367.955	Sen. Cristovam Buarque
7	Apropriação / Inclusão	Orçamento Fiscal/ Nacional	Ministério do Meio Ambiente	Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza – BOLSA VERDE	25.000.000	Sen. Cristovam Buarque
8	Apropriação / Inclusão	Orçamento Fiscal/ Nacional	Ministério das Cidades	Apoio à Execução de Projetos e Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas (Contenção de Encostas)	80.000.000	Sen. Cristovam Buarque
9		Orçamento Fiscal/	Serviço Florestal Brasileiro	Desenvolvimento Florestal	80.000.000	Sen.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ORÇAMENTO/2016
(PLOA/2016)

2

EMENDA Nº	TIPO DE EMENDA	ÁREA (Esfera Orçamentária)/ LOCALIDADE	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	AÇÃO	VALOR	AUTOR
	Apropriação / Inclusão	Nacional		Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar		Cristovam Buarque
10	Apropriação / Inclusão	Orçamento Fiscal/ Nacional	Ministério do Meio Ambiente	Políticas e Estratégias de Prevenção e Controle do Desmatamento no âmbito da União, Estados e Municípios no Bioma do Cerrado.	100.000.000	Sen. Fernando Bezerra Coelho
11	Apropriação / Inclusão	Orçamento Fiscal/ Nacional	Ibama	Monitoramento Ambiental, Prevenção, e Controle de Incêndios Florestais	100.000.000	Sen. Fernando Bezerra Coelho
12	Apropriação / Inclusão	Orçamento Fiscal/ Nacional	Ministério do Meio Ambiente	Enfrentamento dos processos de desertificação, mitigação e adaptação aos efeitos da seca para a conveniência com a semiaridez no quadro das variações e mudanças do clima e da valorização da biodiversidade	100.000.000	Sen. Fernando Bezerra Coelho
13	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal/ Nacional	Agência Nacional de Águas	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos	300.000.000	Senador Fernando Bezerra Coelho

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

3

ORÇAMENTO/2016
(PLOA/2016)

Assessores:

**SENADO FEDERAL**

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

1

PARECER Nº , DE 2015

Da **Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas – CMMC** –, sobre as propostas de que resultarão as emendas desta Comissão, a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2016, Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, que “estima a Receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016”.

Autor: Diversos Autores

Relator: Senador Fernando Bezerra Coelho

1 Relatório

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006-CN, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias e dá outras providências, especialmente em seus arts. 43 a 45, esta Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas – CMMC – reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2016 (PLOA 2016), Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN.

As propostas apresentadas contemplam programações orçamentárias variadas, conforme as competências regimentais da CMMC. A CMMC pode apresentar até (oito) emendas, sendo 4 (quatro) de apropriação e 4 (quatro) de remanejamento.

Encontram-se sob a análise deste Plenário treze propostas de emendas, elaboradas pelos deputados Sarney Filho e Daniel Vilela e pelos senadores Flexa Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho e Cristovam Buarque.

Todas as propostas estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, no qual se discriminam o número atribuído a cada proposta de emenda por esta CMMC.

É o relatório.



SENADO FEDERAL

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

2

2 Análise

Foram apresentadas emendas de apropriação em número que extrapola o limite máximo de quatro emendas desse tipo reservadas à CMMC. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite máximo definido na regulamentação.

As emendas foram analisadas a partir de fundamentos estritamente técnicos, colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN.

Importa consignar que dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria. O primeiro fundamento foi o de que as emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada deveriam desdobrar-se em plano nacional, jamais se limitando a região ou localidade específica.

3 Voto

Podemos afirmar que as emendas exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalhos desta Comissão ao longo do ano.

Na impossibilidade de aprovarmos todas, optamos por recomendar programações de reconhecida urgência e oportunidade, a exemplo da 15.544.2084.20WL.0001, e aquelas para as quais convergiu o interesse comum de mais de um parlamentar, como, por exemplo a 18.542.2050.214M.0001, que atende ao Deputado Sarney Filho e ao Senador Flexa Ribeiro. Todos os senadores que apresentaram emendas foram contemplados segundo os critérios adotados.

As propostas de emendas à programação 98.998.0581.4264, direcionadas ao Ministério Público Federal, do Deputado Daniel Vilela e do Senador Fernando Bezerra Coelho, não serão atendidas em razão de incompatibilidade temática com as competências regimentais da CMMC, transcritas a seguir.

**SENADO FEDERAL**

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

3

“Art. 11. À CMMC compete acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil, em especial sobre:

- I - política e plano nacional de mudanças climáticas;
- II - mitigação das mudanças do clima;
- III - adaptação aos efeitos das mudanças climáticas;
- IV - sustentabilidade da matriz elétrica, geração de eletricidade por fontes renováveis e co-geração;
- V - consumo de combustíveis fósseis e renováveis;
- VI - análise de serviços ambientais;
- VII - ocupação ordenada do solo;
- VIII - gerenciamento adequado de resíduos sólidos;
- IX - emissões de gases de efeito estufa por atividades industriais, agropecuárias e do setor de serviços;
- X - políticas nacionais e regionais de desenvolvimento sustentável;
- XI - outros assuntos correlatos.”

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação de 4 emendas de apropriação (itens abaixo 1 a 4) ao Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, destinadas às seguintes ações e unidades orçamentárias:

1. “18.542.2050.214M.0001” (**acréscimo**) do Ibama, no valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais);
2. “19.571.2050.20VA.0001” (**inclusão**) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação, no valor de R\$ 19.367.955,00 (dezenove milhões, trezentos e sessenta e sete mil, novecentos e cinquenta e cinco reais);
3. “18.541.2050.20W2.0001” (**inclusão**) do Ministério do Meio Ambiente, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); e
4. “15.544.2084.20WL.0001” (**acréscimo**) do Agência Nacional de Águas, no valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

**SENADO FEDERAL**

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

4

Relembramos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Senador Fernando Bezerra Coelho
Presidente

Senador Fernando Bezerra Coelho
Relator



SENADO FEDERAL

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

5

Anexo I - Sugestões de Emendas apresentadas

EMENDA Nº	Funcional	AÇÃO	VALOR	AUTOR
1	18.542.2050.214M.0001	Monitoramento Ambiental, Prevenção e Controle de Incêndios Florestais	150.000.000	Sen. Flexa Ribeiro
2	18.541.2078.20WM.0001	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	150.000.000	Sen. Flexa Ribeiro
3	98.998.0581.4264	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário – Ministério Público Federal	80.000.000	Dep. Daniel Vilela
4	98.998.0581.4264	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário – Ministério Público Federal	80.000.000	Sen. Fernando Bezerra Coelho
5	18.541.2078.20N1.0001	Fomento a Projetos de Conservação e Manejo da Biodiversidade	36.500.000	Sen. Cristovam Buarque
6	19.571.2050.20VA.0001	Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima	19.367.955	Sen. Cristovam Buarque
7	18.541.2078.20VP.0001	Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza – BOLSA VERDE	25.000.000	Sen. Cristovam Buarque
8	15.451.2040.8865.0001	Apoio à Execução de Projetos e Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas (Contenção de Encostas)	80.000.000	Sen. Cristovam Buarque
9	18.541.2078.20WA.0001	Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar	80.000.000	Sen. Cristovam Buarque
10	98.998.2050.20VU	Políticas e Estratégias de Prevenção e Controle do Desmatamento no âmbito da União, Estados e Municípios no Bioma do Cerrado.	100.000.000	Dep. Sarney Filho
11	18.542.2050.214M.0001	Monitoramento Ambiental, Prevenção, e Controle de Incêndios Florestais	100.000.000	Dep. Sarney Filho
12	18.541.2050.20W2.0001	Enfrentamento dos processos de desertificação, mitigação e adaptação aos efeitos da seca para a conveniência com a semiaridez no quadro das variações e mudanças do clima e da valorização da biodiversidade	100.000.000	Dep. Sarney Filho
13	15.544.2084.20WL.0001	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos	300.000.000	Sen. Fernando Bezerra Coelho